

Guia para Emissão de LOA

Guia com instruções sobre como solicitar, via protocolo eletrônico da ANAC, autorização para operações específicas para operadores regidos pelo RBAC nº 91

GUIA PARA EMISSÃO DE LOA - RBAC N° 91

1ª EDIÇÃO

MARÇO / 2023

Superintendente de Padrões Operacionais

Bruno Diniz Del Bel

Gerente Responsável

Eduardo Henrique de Carvalho Braghetto

Equipe

Renata Motinha Nunes Castro

Leandro Alves Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação

Maria Eduarda Guedes de Oliveira

Joicy Manuela Vilanova Gois

SUMÁRIO

01.

LISTA DE ACRÔNIMOS

02.

INTRODUÇÃO

03.

LOA PBN

11.

LOA RVSM

17.

LOA NAT -HLA

22.

LOA CPDLC E/OU ADS-C

29.

LOA NAT-HLA

36.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Protocolo Eletrônico SEI

APÊNDICE B: Iniciando o Peticionamento para Obtenção de LOA

APÊNDICE C: Comprovação de Representação Legal

ACRÔNIMOS

ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ADS-C	Vigilância Dependente Automática-Contrato
CPDLC	Comunicação por Enlace de Dados Controlador-Piloto
EFVS	Enhanced Flight Vision System
EO	Especificações Operativas
IS	Instrução Suplementar
LOA	Letter of Authorization
MEL	Minimum Equipment List
NAT-HLA	North Atlantic High Level Airspace
PBN	Navegação Baseada em Desempenho
PBCS	Comunicação e Vigilância Baseada em Desempenho
RBAC	Regulamento Brasileiro de Aviação Civil
RVSM	Separação Vertical Mínima Reduzida
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
TFAC	Taxa de Fiscalização da Aviação Civil

INTRODUÇÃO

Para operadores regidos exclusivamente pelo RBAC nº 91, a autorização para operações específicas (PBN, RVSM, NAT-HLA, CPDLC/ADS-C e EFVS), prevista na Subparte N do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC nº 91, se dá com a emissão da LOA (Letter of Authorization).

A ANAC dispõe de página eletrônica dedicada, denominada "Operações Específicas (LOA)" (clique para acessar), com informações gerais sobre o serviço prestado, bem como instruções e formulários úteis ao usuário que deseja iniciar o processo para obtenção de LOA.

Este Guia para Emissão de LOA (RBAC nº 91) pretende complementar as informações já disponíveis ao operador, trazendo mais clareza sobre as etapas e documentos exigíveis em cada tipo de autorização para as operações específicas pretendidas.

Ainda, nos Apêndices deste guia constam orientações práticas sobre como peticionar uma solicitação para obtenção de LOA por meio do Protocolo Eletrônico SEI da ANAC, bem como instruções sobre a Representação Legal de um operador.



Emissão de LOA PBN

LOA PBN

A Instrução Suplementar (IS) nº 91-001 fornece material de orientação para a aprovação operacional de navegação baseada em desempenho (PBN).

Operadores de aeronaves regidos pelo RBAC nº 91 somente necessitam solicitar emissão de LOA para realizar operações PBN se tais operações forem RNP AR e operações internacionais, desde que o país de destino requeira tal documento. Não há emissão de LOA para realização de operações PBN no espaço aéreo brasileiro.

Ainda, a partir da Revisão F da IS nº 91-001, as autorizações de LOA PBN possuem prazo indeterminado de validade. Isto é, os operadores não necessitam solicitar à ANAC a renovação de suas LOAs, que permanecem válidas enquanto forem mantidas as condições estabelecidas para operação.

As LOAs PBN que possuem data de vencimento posterior a 1º de agosto de 2022 também permanecerão válidas, por tempo indeterminado, enquanto forem mantidas as condições estabelecidas para operação (Vide Portaria nº 8.852/SPO, de 15 de agosto de 2022).

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS



Solicitação Formal

O Formulário Digital de Solicitação Formal pode ser acessado diretamente via SEI no momento da abertura do protocolo eletrônico. Ele contém informações necessárias para a análise do processo e contribui para a agilidade do atendimento da solicitação.

Todas as informações fornecidas neste documento estão sujeitas à verificação. Além disso, documentos ou declarações adicionais poderão ser solicitados no decurso do processo.

Os formulários digitais de solicitação formal para cada tipo de LOA estão disponíveis na página de [Modelos e Formulários](#) (clique para acessar), na página da ANAC.



A Solicitação Formal citada na Legislação nº 9784/99, comumente usada como Relatório Técnico (RT), foi substituída pelo Formulário Digital de Solicitação Formal no SEI. Dessa forma, não é mais necessária a inclusão do RT no processo.

 ANAC AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	Formulário de Solicitação para Emissão de LOA PBN		
1. Dados da LOA anterior (se aplicável)			
Número da LOA:			
Protocolo ANAC:			
Data de emissão:			
Validade:			
2. Dados do Solicitante:			
2.1. Dados do Operador da Aeronave			
Operador da Aeronave:			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
2.2. Responsável pela condução do processo (Marcar com X as opções associadas à solicitação)			
Operador	☐	Procurador / Empresa de Consultoria ou Assessoria	☐
2.3. Dados do Procurador ou Empresa de Consultoria ou Assessoria contratada (se aplicável)			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
Validade da procuração:			
Procuração digital SEI, se houver (protocolo ANAC):			
4. Área de Operação: (Marcar com X as opções associadas à solicitação)			
América do Sul	☐	América Central	☐
América do Norte	☐	África	☐
Europa	☐	Ásia	☐
Oceania	☐	Atlântico Norte	☐
Atlântico Sul	☐	Pacífico	☐
5. Atualização do Banco de Dados (Pessoa ou setor responsável pela atualização da Base de Dados da Aeronave)			
Nome:			
CPF:			

6. Base de Dados de Navegação (Marcar com X as opções associadas à solicitação)			
6.1 Aeronave dispensada da comprovação de Base de Dados			
Sim		Não	
7. Declaração de Familiarização			
8. Programa de Validação de Dados de Navegação			
9. Observação			
10. Listagem dos Anexos <i>Preencher com CF (Conforme), NC (Não Conforme) ou NA (Não Aplicável)</i>			
Documentos a serem anexados ao processo			Situação (CF, NC, NA)
Comprovação de representação legal			
Procuração			
Contrato social, Ata Reunião Assembleia, etc.			
Outros (especificar aqui)			
Comprovação de capacidade PBN da aeronave			
Formulário F-900-76			
Declaração de familiarização			
Programa de validação de dados de navegação			
MEL - Minimum Equipment List:			
Documento de aprovação da MEL (FOP, Nº do processo ou Nº ofício)			
Comprovação de fornecimento da Base de Dados de Navegação			
Comprovante de contrato com um fornecedor da Base de Dados de navegação válido			
Nota Fiscal / Invoice que comprove a aquisição da base de dados			
Comprovante de pagamento (caso necessário)			
Autorização do fornecedor da Base de Dados (LOA tipo 2 ou DAT)			
Programa de validação de dados de navegação			
TFAC Emissão inicial (Cód 011203) ou TFAC Renovação (Cód 011303)			
Outros documentos:			
(especificar aqui)			
(especificar aqui)			

Formulário Digital de Solicitação Formal para Emissão de LOA PBN



Comprovação de Representação Legal

O processo deve ser protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído, ou seja, que tenha sido emitido em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato. Mais detalhes estão no **Apêndice C** deste guia.

Visando maior celeridade na análise das petições, a ANAC reforça a recomendação para que, caso aplicável, os operadores realizem o cadastro dos seus procuradores via SEI. Informações adicionais sobre como realizar esse cadastro estão no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).



Comprovação da capacidade PBN da aeronave

A demonstração de capacidade PBN deve ser realizada com apresentação de formulário F-900-76 de "Avaliação da capacidade para operação PBN"

O formulário F-900-76 deve ser preenchido por uma organização de manutenção aeronáutica (OM) certificada para o modelo da aeronave ou pela OM que incorporou uma grande modificação/alteração que tornou a aeronave apta a realizar as operações PBN. Além disso, o F-900-76 deve ser assinado por um Responsável Técnico (RT) cadastrado na respectiva OM.

O formulário está disponível na página de [Modelos e Formulários](#) (clique para acessar), na página da ANAC.



Declaração de Familiarização

Os operadores deverão declarar que a tripulação está familiarizada com os procedimentos e práticas descritas nos itens 5.6 e 5.7 da IS nº 91-001 e, de modo complementar, aos procedimentos operacionais e programas de treinamento específicos para cada uma das distintas operações, conforme descrito nos apêndices correspondentes da referida IS.

A declaração pode constar no Formulário Digital de Solicitação Formal e, caso seja enviada em um documento separado, deve estar assinada pelo operador ou seu representante legal.

Exemplo de Declaração de Familiarização

Ao Senhor Gerente de Operações da Aviação Geral

Declaramos para os devidos fins que a tripulação da aeronave de marcas de nacionalidade e matrícula XX-XXX, Modelo XXXXX e fabricante XXXXX, operada por XXXXXXXXXXXX, está familiarizada com os procedimentos e práticas para execução das operações PBN descritas nas seções 5.6 e 5.7 da IS nº 91-001, assim como também com os procedimentos operacionais e programas de treinamento específicos para cada um dos seguintes procedimentos *RNAV 10*, *RNAV 5*, *RNAV 2*, *RNAV 1*, *RNP 4*, *RNP 1* e *RNP APCH*, conforme descrito nos apêndices correspondentes da referida IS.

Declaramos também que estamos familiarizados com o conteúdo do treinamento referente às operações PBN com uso do *GNSS* como sensor de navegação conforme descrito no item 5.8.8 da IS nº 91-001.

Atenciosamente,

Assinatura



MEL - Minimum Equipment List

Caso a aeronave não possua MEL aprovada, basta assinalar "Não Aplicável (N/A)" no formulário digital de solicitação formal no SEI. Neste caso, não é necessário o envio de nenhum documento ou declaração adicional.

Se a aeronave possuir MEL aprovada, é necessário o envio de seu documento de aprovação (FOP, ofício ou correlato) e extrato da MEL que contenha os equipamentos utilizados nas operações PBN.

O modelo de MEL está disponível na página de [Modelos e Formulários](#) (clique para acessar), na página da ANAC.

.



Comprovante de pagamento de TFAC (Cód 011203)

Deve-se anexar ao processo o comprovante de pagamento da TFAC aplicável. Para pagar sua TFAC, acesse a lista de serviços no link a seguir: [LINK](#)

Para mais informações sobre TFAC, acesse a página da ANAC sobre o tema: [Novas TFAC](#)



Comprovação de Aquisição de Banco de Dados de Navegação

Exceto para operações RNAV 10 (RNP 10) e RNAV 5, o operador deve apresentar comprovante de contrato com um provedor da base de dados de navegação válido ou *invoice* que comprove a aquisição da base de dados com cobertura compatível com as regiões de operação da aeronave.

São documentos aceitos: contrato de fornecimento ou nota fiscal (*invoice*). Caso o documento apresentado seja a proposta de venda (pro forma *invoice* ou *jus renewal invoice*), é necessário também o envio do comprovante de pagamento.

O documento comprobatório da obtenção da base de dados deverá conter, ao menos, a empresa fornecedora, a empresa recebedora do serviço (operador da aeronave), a data de emissão, a descrição do serviço de fornecimento da base de dados, indicando o equipamento (aviônico), região de cobertura, e período e/ou ciclos de vigência. Recomenda-se, sempre que possível, a discriminação da matrícula da aeronave neste documento. Caso no documento apresentado não constem todos esses dados, anexar também outros documentos que complementem as informações.



Programa de Validação de Dados de Navegação

O operador deverá desenvolver um Programa de Manutenção de forma a garantir que os sistemas de navegação ao longo de sua operação continuem, no mínimo, mantendo os padrões exigidos na certificação.

Para atender esse item da IS, o operador deve demonstrar como assegura que os dados de navegação são compatíveis aos modelos dos sistemas aviônicos aos quais se destinam e que a utilização destes dados resulta em rotas e em procedimentos consistentes com aqueles publicados pelas autoridades competentes e atualmente em vigor.

Esse programa para operadores 91 pode ser tão simples quanto a descrição de procedimentos.



Fornecedor da Base de Dados de Navegação

O fornecedor da base de dados de navegação deve ser autorizado para tal, ou seja, deve ser detentor de uma LOA Tipo 2 (emitida pela FAA) ou DAT (emitido pela EASA) . Cópia deste documento também deve ser anexado ao processo. Os principais fornecedores costumam disponibilizá-lo de forma facilmente acessível via internet.

Exemplo de Programa de Validação de Dados de Navegação

Procedimento de Atualização: A base de dados será recebida pelo responsável, que deverá proceder com a devida atualização dos sistemas na aeronave, bem como acompanhar os intervalos de atualização para que se mantenham sempre os dados vigentes para o período.

Programa de validação de dados de navegação: Após o recebimento de uma nova versão do banco de dados de navegação, o responsável deve: i) validar cada procedimento XXXXXX, conforme o tipo de operação PBN prevista na fase de planejamento de voo, antes de voar em condições IMC, para assegurar que a aeronave é compatível e que as trajetórias resultantes correspondem aos procedimentos XXXXXX publicados; ii) realizar a comparação entre os dados de navegação dos procedimentos XXXXXX que serão inseridos no FMS/GPS e as cartas e mapas vigentes que contenham os procedimentos XXXXXX publicados.

Caso sejam identificadas discrepâncias que invalidem os procedimentos, estas devem ser reportadas ao fornecedor da base de dados de navegação; os procedimentos afetados devem ter sua execução suspensa; e todos os tripulantes envolvidos nas operações deverão ser alertados da indisponibilidade.

Após a validação dos procedimentos XXXXXX, uma cópia dos dados de navegação validados deve ser salva e mantida de forma a poder compará-la com futuras atualizações.



Emissão de LOA RVSM

LOA RVSM

A Instrução Suplementar (IS) nº 91-005 fornece material de orientação para aprovação operacional para operação em espaço aéreo com separação vertical mínima reduzida (RVSM).

A partir da Revisão D da IS nº 91-005, as autorizações de LOA RVSM possuem prazo indeterminado de validade. Isto é, os operadores não necessitam solicitar à ANAC a renovação de suas LOAs, que permanecem válidas enquanto forem mantidas as condições estabelecidas para operação.

As LOAs RVSM que possuem data de vencimento posterior a 1º de agosto de 2022 também permanecerão válidas, por tempo indeterminado, enquanto forem mantidas as condições estabelecidas para operação (Vide Portaria nº 8.852/SPO, de 15 de agosto de 2022).

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS



Solicitação Formal

O formulário digital de Solicitação Formal pode ser acessado diretamente via SEI no momento da abertura do protocolo eletrônico. Ele contém informações necessárias para a análise do processo e contribui para a agilidade do atendimento da solicitação.

Todas as informações fornecidas neste documento estão sujeitas à verificação. Além disso, documentos ou declarações adicionais poderão ser solicitados no decurso do processo.

Os formulários de solicitação formal para cada tipo de LOA estão disponíveis na página de Modelos e Formulários (clique para acessar), na página da ANAC.



A Solicitação Formal citada na Legislação nº 9784/99, comumente usada como Relatório Técnico (RT), foi substituída pelo Formulário Digital de Solicitação Formal no SEI. Dessa forma, não é mais necessária a inclusão do RT no processo.

Formulário de Solicitação para Emissão de LOA RVSM

1. Dados da LOA anterior (se aplicável)			
Número da LOA:			
Protocolo ANAC:			
Data de emissão:			
Validade:			
2. Dados do Solicitante			
2.1. Dados do Operador da Aeronave			
Operador da Aeronave:			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
2.2. Responsável pela condução do processo (Marcar com X as opções associadas à solicitação)			
Operador	☐	Procurador / Empresa de Consultoria ou Assessoria	☐
2.3. Dados do Procurador ou Empresa de Consultoria ou Assessoria contratada (se aplicável)			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
Validade da procuração:			
Procuração digital SEI, se houver (protocolo ANAC):			
3. Dados da Aeronave:			
Matrícula:			
Fabricante:			
Tipo ICAO:			
Modelo:			
Número de Série:			
Código Hexadecimal ou Binário do Transponder da aeronave:			
4. Voo de Monitoramento			
Data do último voo de monitoramento:			
TSN no último voo de monitoramento:			
TSN atual da aeronave:			
5. Declaração de Familiarização			
6. Observações			
7. Listagem dos Anexos <i>Preencher com CF (Conforme), NC (Não Conforme) ou NA (Não Aplicável)</i>			
Documentos a serem anexados ao processo	Situação (CF, NC ou NA)		
Comprovação de Representação Legal			
Procuração			
Contrato social, Ata Reunião Assembleia, etc			
Outros (especificar aqui)			
Comprovação de realização de voo de monitoramento			
Relatório de Monitoramento do Sistema de Altimetria da aeronave			
Cópia do Diário de bordo na data do voo de monitoramento			
Cópia do Diário de bordo na data atual			
Outros (especificar aqui)			
Comprovação de capacidade RVSM da aeronave			
Formulário F-900-44 (laudo RVSM)			
TFAC Emissão inicial (Cód 011203) ou TFAC Renovação (Cód 011303)			



Comprovação de Representação Legal

O processo deve ser protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído, ou seja, que tenha sido emitido em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato. Mais detalhes estão no **Apêndice C** deste guia.

Visando maior celeridade na análise das petições, a ANAC reforça a recomendação para que, caso aplicável, os operadores realizem o cadastro dos seus procuradores via SEI. Informações adicionais sobre como realizar esse cadastro estão no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).



Comprovação da capacidade RVSM da aeronave

A demonstração de capacidade RVSM deve ser realizada com apresentação do formulário F-900-44 (laudo RVSM). O Laudo RVSM da aeronave tem validade de 2 (dois) anos a contar da data de assinatura do documento

O formulário F-900-44 deve ser preenchido por uma organização de manutenção aeronáutica (OM), certificada para o modelo da aeronave ou pela OM que incorporou uma grande modificação/alteração que tornou a aeronave apta a realizar as operações RVSM. Além disso, o F-900-44 deve ser assinado por um Responsável Técnico (RT) cadastrado na respectiva OM.

O F-900-44 está disponível na página "[Formulários Padronizados](#)", na seção de Organizações de Manutenção da página da ANAC.



MEL - Minimum Equipment List

Não é necessário o envio de qualquer documento relativo a MEL no processo de pedido de LOA RVSM.

Caso o operador possua uma MEL, ela deve ser adequada e submetida para aprovação da ANAC refletindo as condições requeridas para o despacho de suas aeronaves com relação aos equipamentos utilizados nos procedimentos RVSM pretendidos. A MEL deve contemplar a degradação das operações RVSM pelo menos nos equipamentos listados no formulário de capacidade da aeronave, mas havendo lista mais extensa gerada pelo fabricante da aeronave, todos os equipamentos incluídos nessa lista devem constar da MEL.



Comprovação de realização de voo de monitoramento

A comprovação de que a aeronave efetuou voo de monitoramento se dará através de Carta ASE, atestando o resultado do monitoramento do sistema de altimetria da aeronave. **Este documento é emitido diretamente à ANAC pela Agência de Monitoração das Regiões CAR/SAM (CARSAMMA), não sendo encaminhado ao operador.**

Para a solicitação da Carta ASE é necessário o envio do comprovante de realização do voo de monitoramento e cópia do diário de bordo da aeronave na data do voo. Caso o voo tenha sido realizado há mais de dois anos, também é necessário o envio da cópia da última página do diário de bordo preenchida e da página subsequente, de forma a comprovar que a aeronave voou menos de 1.000 horas desde a realização do voo de monitoramento. Alternativamente, outros documentos, como registros de manutenção, também podem ser utilizados para comprovar a aderência ao prazo de 1.000 horas.

Caso o voo de monitoramento tenha sido realizado no exterior, é necessário o envio do registro do referido voo, contendo data, horário, local, matrícula da aeronave na época, antena(s) sobrevoada(s) (se aplicável) e demais dados para subsidiar a consulta à autoridade estrangeira com jurisdição sobre o espaço aéreo onde o voo de monitoramento foi realizado.

Há casos específicos que a LOA RVSM pode ser emitida sem a comprovação de realização de voo de monitoramento, devendo o operador realizar a devida monitoração dentro do período de 6 meses decorridos após a data de emissão da LOA, como previsto no item 5.4.1.1(c)(II) da IS nº 91-005.



Declaração de Familiarização

Os operadores deverão declarar que a tripulação está familiarizada com os procedimentos e práticas descritas na IS nº 91-005.

A declaração pode constar no Formulário Digital de Solicitação Formal e, caso seja enviada em um documento separado, deve estar assinada pelo operador ou seu representante legal.

Cumprido destacar que, para a solicitação de LOA RVSM, não é necessário enviar certificados e/ou documentos que comprovem treinamento em operação em espaço aéreo RVSM, aplicado à(s) tripulação(ões) da aeronave. O operador da aeronave é responsável por utilizar somente tripulação treinada conforme os requisitos descritos na IS nº 91-005.

Além disso, vale lembrar que o treinamento RVSM possui validade de 24 meses e que a ANAC pode solicitar a comprovação dos treinamentos a qualquer momento.



Comprovante de pagamento de TFAC (Cód 011203)

Deve-se anexar ao processo o comprovante de pagamento da TFAC aplicável. Para pagar sua TFAC, acesse a lista de serviços no link a seguir: [LINK](#)

Para mais informações sobre TFAC, acesse a página da ANAC sobre o tema: [Novas TFAC](#)



Código Transponder

O operador deverá indicar o Código Transponder atribuído para aeronave. O código deverá ser informado no formato hexadecimal, que consiste em uma sequência de seis caracteres, comumente iniciado por “E9”.

O código é atribuído pelo Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA), órgão do Comando da Aeronáutica e informado ao operador ou seu preposto através de um formulário padrão. O CGNA emite a informação em formato binário, sendo necessária a conversão ao formato hexadecimal. Não é necessário o envio de cópia de quaisquer documentos, basta informar o código no campo 3 do formulário digital de solicitação formal.



Emissão de LOA NAT-HLA

LOA NAT-HLA

A Instrução Suplementar (IS) nº 91-006 fornece material de orientação para "Procedimentos para a aprovação de operações no Espaço Aéreo NAT-HLA (North Atlantic High Level Airspace)".

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS



Solicitação Formal

O formulário digital de Solicitação Formal pode ser acessado diretamente via SEI no momento da abertura do protocolo eletrônico. Ele contém informações necessárias para a análise do processo e contribui para a agilidade do atendimento da solicitação.

Todas as informações fornecidas neste documento estão sujeitas à verificação. Além disso, documentos ou declarações adicionais poderão ser solicitados no decurso do processo.

Os formulários de solicitação formal para cada tipo de LOA estão disponíveis na página de Modelos e Formulários (clique para acessar), na página da ANAC.



A Solicitação Formal citada na Legislação nº 9784/99, comumente usada como Relatório Técnico (RT), foi substituída pelo Formulário Digital de Solicitação Formal no SEI. Dessa forma, não é mais necessária a inclusão do RT no processo.

Formulário de Solicitação para Emissão de LOA NAT-HLA

1. Dados da LOA anterior (se aplicável):	
Número da LOA:	
Protocolo ANAC:	
Data de emissão:	
Validade:	
2. Dados do Solicitante	
2.1. Dados do Operador da Aeronave	
Operador da Aeronave:	
Nome/Razão Social:	
Telefone:	
E-mail:	
2.2. Responsável pela condução do processo (Marcar com X as opções associadas à solicitação)	
Operador	Procurador / Empresa de Consultoria ou Assessoria
2.3. Dados do Procurador ou Empresa de Consultoria ou Assessoria contratada (se aplicável)	
Nome/Razão Social:	
Telefone:	
E-mail:	
Validade da procuração:	
Procuração digital SEL, se houver (protocolo ANAC):	
3. Dados da Aeronave:	
Matrícula:	
Fabricante:	
Tipo ICAO:	
Modelo:	
Número de Série:	
A aeronave possui MEL aprovada pela ANAC?	
LOA RVSM (nº ofício, LOA ou processo)	
LOA PBN (nº ofício, LOA ou processo)	
4. Observações	
5. Listagem dos Anexos <i>Preencher com CF (Conforme), NC (Não Conforme) ou NA (Não Aplicável)</i>	
Documentos a serem anexados ao processo	Situação (CF, NC ou NA)
Comprovação de Representação Legal	
Procuração	
Contrato social, Ata reunião assembleia, etc.	
Outros (especificar aqui)	
Autorização para operação RVSM	
Documento ou informação que comprove a autorização para operação RVSM da aeronave	
Autorização para operação RNAV 10 (RNP 10) ou RNP 4	
Documento ou informação que comprove autorização para operação PBN RNAV 10 e/ou RNP 4 da aeronave	
Documentação dos equipamentos da aeronave	
Comprovação que a aeronave possui, no mínimo, dois sistemas de navegação de longo curso (Long Range Navigation Systems) operacionais (INS, GNSS ou IRS)	
Comprovação que a aeronave possui dois FMS - Flight Management System	
Para aeronave à turbina com PMD acima de 5.700 kg ou com autorização para transportar mais de 19 passageiros, comprovação que possui TCAS II na versão 7.1 ou superior	
Para voos na faixa de altitude RVSM (FL 290 a 410), comprovação que a aeronave está equipada e operando com FANS 1/A ou com CPDLC e ADS-C	
TFAC Emissão inicial (Cód 011203) ou TFAC Renovação (Cód 011303)	
Outros documentos:	
(especificar aqui)	
(especificar aqui)	



Comprovação de Representação Legal

O processo deve ser protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído, ou seja, que tenha sido emitido em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato. Mais detalhes estão no **Apêndice C** deste guia.

Visando maior celeridade na análise das petições, a ANAC reforça a recomendação para que, caso aplicável, os operadores realizem o cadastro dos seus procuradores via SEI. Informações adicionais sobre como realizar esse cadastro estão no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).



Autorização para operação RVSM e RNAV 10 (RNP 10) ou RNP 4

Para solicitação de LOA NAT-HLA é necessário comprovar que a aeronave possui autorização para executar as operações RVSM e PBN (RNAV 10 ou RNP 4).

Para comprovar a autorização de operação RVSM, basta encaminhar cópia da LOA RVSM atual da aeronave ou indicar no formulário digital de solicitação formal o número da LOA e/ou do protocolo ANAC.

Para comprovar a autorização de operação RNAV 10 (RNP 10) ou RNP 4, basta encaminhar cópia da LOA PBN da aeronave ou indicar no formulário digital de solicitação formal o número da LOA e do protocolo ANAC.

Tanto a LOA RVSM quanto a LOA PBN devem estar no nome do operador atual da aeronave para serem aceitos.



Documentação dos equipamentos da aeronave

Devem ser protocolados documentos que comprovem que a aeronave possui instalados os equipamentos mínimos necessários para operação em espaço aéreo NAT-HLA, de acordo com a seção 5.7 da IS nº 91-006, a saber:

- No mínimo, dois sistemas de navegação de longo curso (Long Range Navigation Systems) operacionais (INS, GNSS ou IRS);
- Dois FMS- Flight Management System;
- TCAS II na versão 7.1 ou superior, para aeronave à turbina com PMD acima de 5.700 kg ou com autorização para transportar mais de 19 passageiros;
- Data link mandated airspace: FANS 1/A ou CPDLC e ADS-C, instalado na aeronave e operacional para voos na faixa de altitude RVSM (FL 290 a 410).



Comprovante de pagamento de TFAC (Cód 011203)

Deve-se anexar ao processo o comprovante de pagamento da TFAC aplicável. Para pagar sua TFAC, acesse a lista de serviços no link a seguir: [LINK](#)

Para mais informações sobre TFAC, acesse a página da ANAC sobre o tema: [Novas TFAC](#)



Emissão de LOA CPDLC e/ou ADS-C

LOA CPDLC E/OU ADS-C

A Instrução Suplementar (IS) nº 91-010 fornece material de orientação para "Procedimentos para autorização do uso de comunicação por enlace de dados controlador-piloto (CPDLC) e de vigilância dependente automática-contrato (ADS-C)."

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS



Solicitação Formal

O formulário digital de Solicitação Formal pode ser acessado diretamente via SEI no momento da abertura do protocolo eletrônico. Ele contém informações necessárias para a análise do processo e contribui para a agilidade do atendimento da solicitação.

Todas as informações fornecidas neste documento estão sujeitas à verificação. Além disso, documentos ou declarações adicionais poderão ser solicitados no decurso do processo.

Os formulários de solicitação formal para cada tipo de LOA estão disponíveis na página de Modelos e Formulários (clique para acessar), na página da ANAC.



A Solicitação Formal citada na Legislação nº 9784/99, comumente usada como Relatório Técnico (RT), foi substituída pelo Formulário Digital de Solicitação Formal no SEI. Dessa forma, não é mais necessária a inclusão do RT no processo.

Formulário de Solicitação para Emissão de LOA CPDLC e/ou ADS-C

(Para operadores regidos pelo RBAC nº91)

1. Perfil de Operação: <i>(Marcar com X as opções associadas à solicitação)</i>			
1.1. Aplicação de Data Link pretendida			
CPDLC		ADS-C	
1.2. Solicitação de especificação PBCS			
SIM		NÃO	
1.3. Dados da LOA anterior (se aplicável)			
Número da LOA:			
Protocolo ANAC:			
Data de emissão:			
2. Dados do Solicitante			
2.1. Dados do Operador da Aeronave			
Operador da Aeronave:			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
2.2. Responsável pela condução do processo <i>(Marcar com X as opções associadas à solicitação)</i>			
Operador		Procurador / Empresa de Consultoria ou Assessoria	
2.3 Dados do Procurador ou Empresa de Consultoria ou Assessoria contratado (se aplicável)			
Nome/Razão Social:			
Telefone:			
E-mail:			
Validade da procuração:			
Procuração digital SEI, se houver <i>(protocolo ANAC)</i> :			
3. Dados da Aeronave:			
Matrícula:			
Fabricante:			
Tipo ICAO:			
Modelo:			
Número de Série:			
A aeronave possui MEL aprovada pela ANAC?			
4. Designativos de interoperabilidade dos sistemas de Data Link da aeronave <i>(Marcar com X as opções associadas à solicitação)</i>			
ACARS ATS		FANS 1/A ADS-C	
FANS 1/A		ATN B1	
FANS 1/A+		FANS 1/A -ATN	
5. Sub-redes compatíveis com o sistema de Data Link da aeronave <i>(Marcar com X as opções associadas à solicitação)</i>			
VDL M/0		SATCOM (Inmarsat)	
VLD M2		SATCOM (Iridium)	
HFDL			

6. Especificações RCP e RSP do Sistema de Data Link da aeronave (Marcar com X as opções associadas à solicitação)			
<i>Observação: Informação aplicável somente quando o operador desejar que seja atribuída a especificação PBCS.</i>			
RSP 180		RCP 240	
RSP 400		RCP 400	
7. Provedor de Comunicação (CSP) contratado:			
8. Tripulação			
Nome do piloto		CANAC	
9. Descrição do Programa de Monitoramento BCS			
<i>Observação: Informação aplicável somente quando o operador desejar que seja atribuída a especificação PBCS.</i>			
10. Declaração de Familiarização			
11. Observações			
12. Listagem dos Anexos <i>Preencher com CF (Conforme), NC (Não Conforme) ou NA (Não Aplicável)</i>			
Documentos a serem anexados ao processo			Situação (CF, NC ou NA)
Comprovação de representação legal			
Procuração			
Contrato social, Ata de Reunião Assembleia, etc.			
Outros (especificar aqui)			
Comprovação de capacidade da aeronave e adequação dos equipamentos:			
Documentação que demonstre a adequação dos equipamentos de Data Link instalados na aeronave à aplicação pretendida e especificação PBCS (se solicitado), incluindo: fabricante, modelo, Designativo de Interoperabilidade e Sub-Redes compatíveis.			
Comprovação de atendimento às especificações de RCP e RSP solicitadas:			
Declaração do fabricante (ou trecho do AFM), conforme item 7.2.1, que comprove o atendimento às especificações de RCP e RSP solicitadas (se aplicável)			
MEL - Minimum Equipment List:			
Documento de aprovação da MEL (FOP, Ofício ou Documento correlato)			
Extratos da MEL referentes às operações			
Outros (especificar aqui)			
Atendimento ao item 10.3 da IS nº 91-010 A:			
Cópia do contrato com Provedores de Serviço de Comunicação (CSP) contratados			
Declaração do provedor de comunicação indicando método de cumprimento do item 10.3 da IS nº 91-010			
Comprovação da Adesão do CSP e do operador à PBCS Charter			
Outros (especificar aqui)			
Programa de Monitoramento de Desempenho PBCS			
Cópia da página do manual de voo que demonstre que a aeronave possui a capacidade por meio de CT, CST, SB, ou outro.			
Comprovação de atendimento ao item 7.4.4 da IS nº 91-010 (se aplicável)			
Outros documentos:			
(especificar aqui)			
(especificar aqui)			



Comprovação de Representação Legal

O processo deve ser protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído, ou seja, que tenha sido emitido em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato. Mais detalhes estão no **Apêndice C** deste guia.

Visando maior celeridade na análise das petições, a ANAC reforça a recomendação para que, caso aplicável, os operadores realizem o cadastro dos seus procuradores via SEI. Informações adicionais sobre como realizar esse cadastro estão no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).



Comprovação de capacidade da aeronave e adequação dos equipamentos

O operador deve apresentar a documentação que demonstre a capacidade da aeronave e adequação dos equipamentos de Data Link instalados à aplicação pretendida e especificação PBCS (se solicitado), incluindo: fabricante, modelo, designativo de interoperabilidade e sub-redes compatíveis.

Além disso, o operador deve apresentar cópia da página do manual de voo, que demonstre que a aeronave possui a capacidade por meio de Certificado de Tipo (CT), Certificado Suplementar de Tipo (CST), Service Bulletin (SB), ou outro.



MEL - Minimum Equipment List

Não é necessário o envio de qualquer documento relativo a MEL no processo de pedido de LOA.

Caso o operador possua uma MEL, ela deve ser adequada e submetida para aprovação da ANAC refletindo as condições requeridas para o despacho de suas aeronaves com relação aos equipamentos utilizados nos procedimentos CPDLC e/ou ADS-C pretendidos. A MEL deve contemplar a degradação das operações CPDLC e/ou ADS-C pelo menos nos equipamentos listados no formulário de capacidade da aeronave, mas havendo lista mais extensa gerada pelo fabricante da aeronave, todos os equipamentos incluídos nessa lista devem constar da MEL.



Comprovação do atendimento às especificações de RCP e RSP solicitadas

Em caso de solicitação de certificação PBCS, o operador deve apresentar declaração do fabricante (ou trecho do Manual de Voo do Avião - AFM), que comprove o atendimento às especificações de RCP e RSP solicitadas.



Comprovação de atendimento ao item 7.4.4 da IS nº 91-010 (se aplicável)

Caso o operador realize operações em espaços aéreos nos quais CPDLC, ADS-C e/ou desempenho RCP/RSP são requeridos, a MEL deve prever expressamente a restrição à operação nestes espaços aéreos.



Atendimento ao item 10.3 da IS nº 91-010

Para atender ao item 10.3 da IS nº 91-010, os contratos firmados entre o operador e o CSP (provedor de serviços de comunicação) devem incluir requisitos como: notificação de falhas, gravação das mensagens de Data Link, padrões mínimos de integridade do serviço, RCP/RSP mínimos a serem cumpridos pelo CSP (caso tenha sido solicitada a especificação PBCS) e cobertura adequada de sub-redes nas rotas a serem operadas.

Para cumprir os itens acima, além de informar qual o provedor de comunicação (CSP) contratado, o operador deve anexar ao processo os seguintes documentos:

- Cópia do contrato com Provedores de Serviço de Comunicação (CSP) contratados;
- Declaração do provedor de comunicação indicando método de cumprimento do item 10.3 da IS nº 91-010;
- Comprovação da Adesão do CSP e do operador à PBCS Charter (caso tenha sido solicitada a especificação PBCS). Ou seja, os nomes do operador e do provedor de serviços devem constar no site Charter Stackholders.



Comprovação de treinamento de familiarização para CPDLC e ADS-C da tripulação

Conforme item 9.1.2 da IS nº 91-010, os pilotos regidos pelo RBAC nº 91 devem estar familiarizados com todos os tópicos de treinamento descritos na IS.

Para a solicitação de LOA CPDLC e ADS-C, não é necessário enviar certificados e/ou documentos que comprovem treinamento em operação CPDLC e ADS-C, aplicado à(s) tripulação(ões) da aeronave.

Cumpramos ressaltar que, o operador da aeronave é responsável por utilizar somente tripulação treinada conforme os requisitos descritos na IS nº 91-010. Além disso, vale lembrar que a ANAC pode solicitar a comprovação dos treinamentos a qualquer momento.

A declaração pode constar o Formulário Digital de Solicitação Formal e, caso seja enviada em um documento separado, deve estar assinada pelo operador ou seu representante legal.



Programa de Monitoramento de Desempenho PBCS

Caso o operador pretenda obter a especificação PBCS, além das especificações RCP e RSP do sistema de Data Link da aeronave (já descritas acima), o operador deve incluir em sua petição ou em documentação complementar a descrição sucinta do Programa de Monitoramento PBCS.

Operadores regidos pelo RBAC nº 91 e autorizados a realizarem operações CPDLC/ADS-C com PBCS devem desenvolver e manter um programa de monitoramento de desempenho nos moldes indicados na seção 11 do IS nº 91-010.



Emissão de LOA EFVS

LOA EFVS

A Instrução Suplementar (IS) nº 91-011 fornece material de orientação para "Aprovação de aproximação por instrumento utilizando créditos operacionais mediante o uso de um EFVS (Enhanced Flight Vision System)".

DOCUMENTOS EXIGÍVEIS



Solicitação Formal

O formulário digital de Solicitação Formal pode ser acessado diretamente via SEI no momento da abertura do protocolo eletrônico. Ele contém informações necessárias para a análise do processo e contribui para a agilidade do atendimento da solicitação.

Todas as informações fornecidas neste documento estão sujeitas à verificação. Além disso, documentos ou declarações adicionais poderão ser solicitados no decurso do processo.

Os formulários de solicitação formal para cada tipo de LOA estão disponíveis na página de Modelos e Formulários (clique para acessar), na página da ANAC.



A Solicitação Formal citada na Legislação nº 9784/99, comumente usada como Relatório Técnico (RT), foi substituída pelo Formulário Digital de Solicitação Formal no SEI. Dessa forma, não é mais necessária a inclusão do RT no processo.

Formulário de Solicitação para Emissão de LOA EFVS

1. Dados da LOA anterior (se aplicável):

Número da LOA:	
Protocolo ANAC:	
Data de emissão:	
Validade:	

2. Dados do Solicitante

2.1. Dados do Operador da Aeronave

Operador da Aeronave:	
Nome/Razão Social:	
Telefone:	
E-mail:	

2.2 Dados do Procurador ou Empresa de Consultoria ou Assessoria contratado (se aplicável)

Nome/Razão Social:	
Telefone:	
E-mail:	
Validade da procuração:	
Procuração digital SEI, se houver (<i>Protocolo ANAC</i>):	

3. Dados da Aeronave e equipamentos EFVS:

Matrícula:	
Fabricante:	
Tipo ICAO:	
Modelo:	
Equipamento de EFVS	
O EFVS atende ao item 6.3 da IS 91-011A?	
A aeronave possui MEL aprovada pela ANAC?	

4. Tripulação

Nome do piloto	CANAC

5. Observações

--

6. Listagem dos Anexos <i>Preencher com CF (Conforme), NC (Não Conforme) ou NA (Não Aplicável)</i>	
Documentos a serem anexados ao processo	Situação (CF, NC, NA)
Comprovação de Representação Legal	
Procuração	
Contrato social, Ata reunião assembleia, etc.	
Outros (especificar aqui)	
MEL - Minimum Equipment List:	
Documento de aprovação da MEL	
Extratos da MEL referentes às operações	
Outros (especificar aqui)	
Comprovação de instalação aprovada do EFVS, conforme projeto aprovado pela ANAC:	
CT (Certificado de Tipo)	
CST (Certificado Suplementar de Tipo)	
Emenda ao CT original (para cada aeronave)	
Aprovação em campo 3 do SEGVOO 001	
Outros (especificar aqui)	
Documentos de atendimento ao AVOP	
Recomendações do AVOP	
Outros (especificar aqui)	
Disposições sobre EFVS em manuais operacionais da aeronave	
Disposições do EFVS contidas no AFM, no manual de referência rápida (QRH) ou em qualquer outro manual da aeronave a ser utilizado pelos pilotos do operador, conforme aplicável.	
Outros (especificar aqui)	
Documentos que comprovem os procedimentos operacionais específicos de EFVS	
Monitoramento e de coordenação da tripulação	
Callouts	
Briefings	
Normais, não-normais e de emergência	
Outros (especificar aqui)	
Documentos de treinamento de pessoal de controle operacional para operações EFVS	
Certificado	
Curriculo do treinamento	
Outros (especificar aqui)	
Informações sobre a manutenção e aeronavegabilidade referente ao EFVS	
Nome e Número do COM da Organização de Manutenção responsável pela realização da manutenção do sistema EFVS da aeronave	
Comprovação de que o programa de manutenção incorpora a Instrução de Aeronavegabilidade Continuada (ICA) do fabricante do EFVS com os procedimentos, frequências de manutenção/inspeção e equipamentos de teste necessários	
Comprovação de que o EFVS possui, no mínimo, os componentes especificados no RBAC 91.1719 e item 6.3.1 da IS 91-011	
Cópia do Manual de Voo e suplementos que comprovam a elegibilidade da aeronave	
Outros (especificar aqui)	
Proposta de plano para demonstrar a capacidade do operador de executar operações EFVS	
Proposta de plano	
Outros (especificar aqui)	
Outros documentos:	
(especificar aqui)	
(especificar aqui)	

Formulário Digital de Solicitação Formal para Emissão de LOA EFVS



Comprovação de Representação Legal

O processo deve ser protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído, ou seja, que tenha sido emitido em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato. Mais detalhes estão no **Apêndice C** deste guia.

Visando maior celeridade na análise das petições, a ANAC reforça a recomendação para que, caso aplicável, os operadores realizem o cadastro dos seus procuradores via SEI. Informações adicionais sobre como realizar esse cadastro estão no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).



MEL - Minimum Equipment List

Caso a aeronave não possua MEL aprovada, basta assinalar "Não Aplicável (N/A)" no formulário digital de solicitação formal. Neste caso, não é necessário o envio de nenhum documento ou declaração adicional.

Se a aeronave possuir MEL aprovada, é necessário o envio de seu documento de aprovação (FOP, ofício ou correlato) e extrato da MEL que contenha os equipamentos utilizados nas operações EFVS.

O modelo de MEL está disponível na página de [Modelos e Formulários](#) (clique para acessar), na página da ANAC.



Comprovação de Instalação Aprovada do EFVS

A comprovação de instalação aprovada do equipamento EFVS, conforme projeto aprovado pela ANAC, se dará através da apresentação de:

- CT (Certificado de Tipo);
- CST (Certificado Suplementar de Tipo);
- Emenda ao CT original (para cada aeronave); ou
- Aprovação em campo 3 do SEGV00 001 ou similar que referencie o equipamento.



Documentos de Atendimento ao AVOP

Deve-se apresentar extrato documental que o operador abordou as recomendações especificadas no relatório de avaliação operacional aplicável para a instalação da aeronave e do EFVS, se existir um relatório do relatório de Avaliação Operacional (AVOP) para essa instalação da aeronave e do EFVS.



Disposições sobre EFVS em Manuais Operacionais da Aeronave

Deve-se apresentar as disposições do EFVS contidas no Manual de Voo da Aeronave - AFM, no Manual de Referência Rápida (QRH) ou em qualquer outro manual da aeronave a ser utilizado pelos pilotos do operador, conforme aplicável.



Documentos de Procedimentos Operacionais Específicos de EFVS

Deve-se apresentar os documentos utilizados pelo operador que descrevem procedimentos operacionais de EFVS, a saber:

- Checklists;
- Procedimentos de monitoramento e de coordenação da tripulação;
- Callouts e Instruções de tripulação (Briefings);
- Procedimentos e operações normais, não-normais e de emergência relacionados ao EFVS.



Treinamento de Pessoal de Controle Operacional

Devem ser apresentados documentos que comprovem o treinamento do pessoal de controle operacional para operações EFVS, a saber:

- Cópias dos certificados de conclusão dos treinamentos;
- Currículos obtidos pelos pilotos que realizarão operações EFVS nos treinamentos realizados de acordo com a IS N° 91-011.

Se aplicável, incluir currículo do pessoal de controle operacional.



Manutenção e Aeronavegabilidade dos Itens Relacionados ao EFVS

Para atestar a aeronavegabilidade e manutenção adequada dos itens instalados na aeronave relacionados ao EFVS, o operador deve informar ou apresentar:

- Nome e número do COM da(s) organização(ões) de manutenção a ser(em) utilizada(s) na realização de manutenção do sistema EFVS da(s) sua(s) aeronave(s);
- Comprovação de que o programa de manutenção incorpora a Instrução de Aeronavegabilidade Continuada (ICA) do fabricante do EFVS com os procedimentos, frequências de manutenção/inspeção e equipamentos de teste necessários;
- Comprovação de que o EFVS possui, no mínimo, os componentes especificados na seção 91.1719 do RBAC nº 91 e item 6.3.1 da IS Nº 91-011;
- Cópia do Manual de Voo e suplementos que comprovam a elegibilidade da aeronave.

Adicionalmente, o programa de manutenção (ou, conforme aplicável, as instruções de aeronavegabilidade continuada - ICA do fabricante da aeronave ou equipamento), políticas, procedimentos e treinamentos relacionados ao EFVS também devem ser registrados na petição inicial.



Proposta de Plano para Demonstrar a Capacidade do Operador de Executar Operações EFVS

Deve ser protocolado documento que contenha proposta de plano de demonstração da capacidade do operador de realizar operações EFVS.

O plano deve abordar os seguintes itens:

- Disponibilidade do sistema EFVS;
- Treinamento para pilotos, pessoal de manutenção e outro pessoal autorizado a exercer controle operacional;
- Procedimentos e programas de manutenção e inspeção;
- Procedimentos de despacho e liberação de voo para Operações EFVS; e
- Período proposto e o número especificado de voos para demonstrar sua capacidade



LOA EFVS: Fases 2 e 3

A apresentação das informações e documentos listados acima representam a Fase 2 - Solicitação Formal do processo de aprovação operacional para Operações EFVS para Operadores 91.

Em seguida da solicitação, o processo passa pela Fase 3 - Análise da documentação.

Quando a análise da documentação não resulta em identificação de pendências, no caso específico da LOA EFVS, a LOA ainda não é emitida e o processo está apto a iniciar a Fase 4 - Demonstrações e Inspeções.



LOA EFVS: Fase 4

A Fase 4 - Demonstrações e Inspeções representa um período de validação, em que o operador deve utilizar o equipamento e executar os procedimentos, porém sem a utilização do crédito operacional. O objetivo é observar e avaliar a capacidade do operador de executar as operações propostas, de acordo com os procedimentos, diretrizes e parâmetros descritos na proposta formal do operador.

Portanto, fica estabelecido um período de 3 (três) meses, a contar do recebimento na notificação de início da Fase 4, para a observação e avaliação da capacidade do operador em realizar operações EFVS, para alcançar os objetivos descritos acima.

As observações e avaliações deverão ser efetuadas seguindo as instruções descritas na seção 12.5 da IS nº 91-011.

Assim sendo, conforme item 12.5.1.5(b) da IS nº 91-011, deve ser enviado um relatório mensal à GTCE, por meio de peticionamento intercorrente no processo inicial de solicitação de LOA EFVS, detalhando:

- número de aproximações realizadas usando o EFVS;
- número de vezes que o EFVS não estava disponível e totalmente operacional para esses voos;
- número de falhas no EFVS durante o período de demonstração; e
- irregularidades de manutenção e outras dificuldades operacionais.

Ao final do período de demonstração, deve ser enviado, da mesma forma, um relatório de discrepâncias descobertas cumulativas.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Protocolo Eletrônico SEI

APÊNDICE B: Iniciando o Peticionamento para
Obtenção de LOA

APÊNDICE C: Comprovação de Representação
Legal

APÊNDICE A

PROTOCOLO ELETRÔNICO SEI

Para dar início ao processo de solicitação para emissão de uma LOA, o usuário deve possuir cadastro no **Protocolo Eletrônico da ANAC**.

Para cadastrar-se, acesse a página "[Protocolo Eletrônico SEI](#)" (clique para acessar), disponível na página inicial do site da ANAC, na seção "Acesso à Informação":



Nesta página, o usuário encontrará guias, vídeos e links com instruções completas sobre como realizar seu cadastro.



Uma vez cadastrado no Protocolo Eletrônico, você poderá:

- Assinar eletronicamente contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos congêneres celebrados com a Agência;
- Protocolar documentos eletronicamente;
- Visualizar processos como parte interessada, mediante prévia autorização da área responsável pela análise do processo;
- Receber e responder intimações eletronicamente.

Para obter a liberação de seu cadastro, é necessário enviar e-mail para sei@anac.gov.br com os seguintes documentos:

- Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente preenchido e assinado conforme o documento de identidade; e
- RG e CPF ou outro documento de identidade no qual conste o CPF.

Após a conferência da documentação pelo setor responsável na ANAC, você receberá um e-mail confirmando sua liberação de acesso ao sistema.



Para mais informações do Protocolo Eletrônico, acesse o link: [Guia do Protocolo Eletrônico](#)

APÊNDICE B

INICIANDO O PETICIONAMENTO PARA OBTENÇÃO DE LOA

Uma vez que o usuário tenha acesso ao sistema do Protocolo Eletrônico SEI, para iniciar o peticionamento eletrônico (processo SEI) para obtenção de autorização para operações específicas por meio de uma LOA para operadores do RBAC nº 91, os seguintes passos devem ser seguidos:

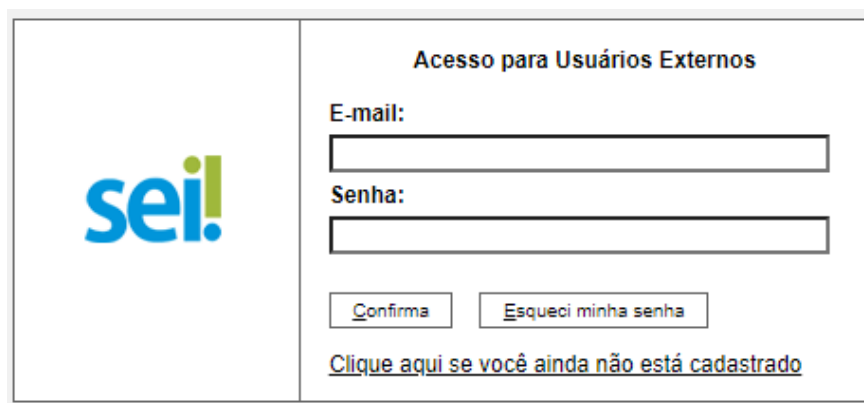
1. Acessar o sistema de Protocolo Eletrônico SEI

O sistema Protocolo Eletrônico SEI está disponível na página da ANAC, em Acesso à Informação > Protocolo Eletrônico > Acesso ao Protocolo Eletrônico.



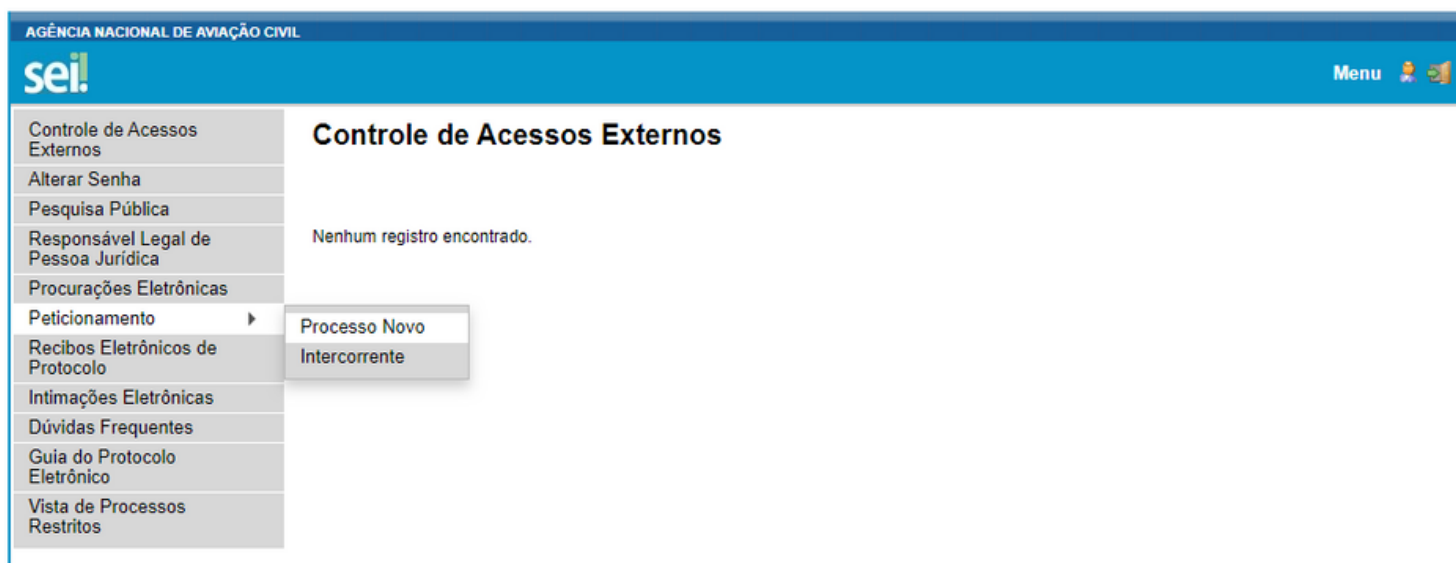
2. Fazer login e clicar em "Petitionamento"

Acesse o sistema, por meio de login e senha cadastrados em etapa anterior.



The image shows a login interface for the SEI system. On the left is the SEI logo. On the right, under the heading "Acesso para Usuários Externos", there are two input fields: "E-mail:" and "Senha:". Below these fields are two buttons: "Confirma" and "Esqueci minha senha". At the bottom, there is a link that says "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

Após login, você será direcionado para a Página Principal, onde deverá selecionar: Petitionamento > Processo Novo:



3. Escolher o tipo de processo apropriado para cada autorização da operação específica desejada

Na barra de pesquisa "Tipo do Processo", use a palavra-chave "LOA" e selecione o tipo de processo conforme operação pretendida.

Tipo do Processo: UF:

Escolha o Tipo do Processo que deseja iniciar:

Autorizações: LOA 91 - CPDLC E/OU ADS-C

Autorizações: LOA 91 - LOA CAT II

Autorizações: LOA 91 - LOA CAT III

Autorizações: LOA 91 - LOA EFVS

Autorizações: LOA 91 - LOA PBN

Autorizações: LOA 91 - LOA RVSM

Autorizações: LOA 91 - NAT- HLA

Autorizações: LOA 91 - Utilização de Diário de Bordo Digital

Certificação de Produto: Autoriz. de Insp. de Tipo/Ofício de Autorização de Voo para Certif. Tipo
(LoA)

Para cada operação específica existe um Tipo de Processo do grupo "Autorizações: LOA 91 - XXXXXX". Assim, caso o operador do RBAC nº 91 deseje, por exemplo, obter autorização para operações PBN e RVSM, ele deverá iniciar dois processos, um para cada tipo de operação ("Autorizações: LOA 91 - LOA PBN" e "Autorizações: LOA 91 - LOA RVSM", no caso do exemplo em tela).

4. Preencher as informações e anexar os documentos associados à autorização pretendida

Após selecionar o tipo processual específico da operação pretendida, a próxima tela do sistema conterá campos para informar dados do operador, da tripulação e da aeronave, bem como anexar os documentos e comprovações associados à solicitação (conforme instruções das páginas a seguir).

O "Documento Principal" do protocolo é a solicitação formal, que deverá ser editada e salva diretamente via sistema. A solicitação formal contém: campos abertos para preenchimento; lista dos documentos que deverão ser anexados ao processo; e instruções de preenchimento da solicitação formal e dos documentos exigidos. Ao concluir, clique em "Petitionar" ao final da página, para que sua solicitação seja direcionada à área responsável da ANAC para análise.

Orientações sobre o Tipo de Processo

Remeter Ofício conforme Modelo de Solicitação Formal constante do Apêndice L da IS 91-001.

Formulário de Peticionamento

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):

Interessados:  ☐ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

Tipo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Ações
------	----------	-------------------	-------

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento Principal:  SPO/GOAG: Solicitação Formal LOA PBN (clique aqui para editar conteúdo)

Nível de Acesso: 

Documentos Essenciais (100 Mb):

Nenhum arquivo escolhido

Tipo de Documento: 

Complemento do Tipo de Documento: 

Nível de Acesso: 

Formato:  ☐ Nato-digital ☐ Digitalizado

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

Documentos Complementares (100 Mb):

Nenhum arquivo escolhido

Tipo de Documento: 

Complemento do Tipo de Documento: 

Nível de Acesso: 

Formato:  ☐ Nato-digital ☐ Digitalizado

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

1

Orientações sobre o Tipo de Processo

Remeter Ofício conforme Modelo de Solicitação Formal constante do Apêndice L da IS 91-001.

Formulário de Peticionamento

Especificação (resumo limitado a 50 caracteres):

Especificar a solicitação de modo sucinto., por exemplo, com as matrículas da aeronave ou outra informação relevante.

Interessados: ☐ Pessoa Física ☐ Pessoa Jurídica

Tipo	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Ações
------	----------	-------------------	-------

Selecionar pessoa física ou jurídica e preencher campo de CPF ou CNPJ, conforme o caso.

Após preencher o campo CPF ou CNPJ, clicar em "Validar" e "Adicionar"

2

Documentos

Os documentos devem ser carregados abaixo, sendo de sua exclusiva responsabilidade a conformidade entre os dados informados e os documentos. Os Níveis de Acesso que forem indicados abaixo estarão condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso.

Documento Principal: SPO/GOAG: Solicitação Formal LOA PBN (clique aqui para editar conteúdo)

Nível de Acesso:

O documento principal é a Solicitação Formal. Deve-se clicar no link para abrir e editar o documento diretamente via sistema. Após preenchimento, clicar em "Salvar" antes de fechar a página.

Escolher o nível de acesso Restrito, pela hipótese legal "Informação Pessoal"

3

Documentos Essenciais (100 Mb):

Nenhum arquivo escolhido

Anexar os documentos listados na Solicitação Formal. Após *upload* do arquivo, escolher o tipo de documento e incluir um título ou descrição do anexo no campo "Complemento do Tipo de Documento".

Tipo de Documento:

Complemento do Tipo de Documento:

Nível de Acesso:

Nível de Acesso dependerá do conteúdo do arquivo. Informar também se o documento é nato-digital ou digitalizado.

Formato: ☐ Nato-digital ☐ Digitalizado

Nome do Arquivo	Data	Tamanho	Documento	Nível de Acesso	Formato	Ações
-----------------	------	---------	-----------	-----------------	---------	-------

Clicar em Adicionar e REPETIR os últimos passos para todos os anexos a serem incluídos no processo.

Os documentos listados na solicitação formal visam atender aos requisitos do RBAC nº 91 e das Instruções Suplementares (IS) associadas às operações especiais.

Lista de IS aplicáveis:

- **IS 91-001:** Aprovação operacional de navegação baseada em desempenho (PBN)
- **IS 91-005:** Aprovação operacional para operação em espaço aéreo com separação vertical mínima reduzida (RVSM)
- **IS 91-006:** Procedimentos para a aprovação de operações no Espaço Aéreo NAT - HLA (North Atlantic High Level Airspace)
- **IS 91-010:** Procedimentos para autorização do uso de comunicação por enlace de dados controlador-piloto (CPDLC) e de vigilância dependente automática-contrato (ADS-C)
- **IS 91-011:** Aprovação de aproximação por instrumento utilizando créditos operacionais mediante o uso de um EFVS - Enhanced Flight Vision System

Cabe ao operador conhecer e cumprir os requisitos de segurança estabelecidos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 91, bem como nas Instruções Suplementares aplicáveis, devendo manter as condições estabelecidas para operação e demonstrar o cumprimento quando solicitado.

APÊNDICE C

COMPROVAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO LEGAL

Para cumprir a documentação referente à comprovação de representação legal, é necessário que o processo SEI seja protocolado e conduzido pelo operador ou por representante legalmente constituído. No caso de representante legal, é necessário que haja em seu favor uma procuração ou outro instrumento de mandato correlato.

Caso a procuração seja outorgada por pessoa jurídica, é necessário a comprovação de que as pessoas que a assinam detêm poderes para fazê-lo em nome da empresa. Ainda, no caso de instrumento público de procuração ou selo de autenticação da assinatura constando “NOME DA EMPRESA representada por XXXXXX”, o cartório já realizou essa verificação, de forma que nenhum documento adicional é necessário.

No caso de procurações/instrumentos particulares de mandato, a comprovação pode ser realizada encaminhando os atos constitutivos da empresa (contrato social, estatuto social, etc.) em que se estabelece quem detém poderes para representar a empresa. Caso estes documentos apresentem apenas o cargo e não a pessoa, devem ser encaminhados documentos que comprovem os cargos ocupados pelos outorgantes (termo de posse ou ata de eleição de diretoria, por exemplo).

Exemplo de texto para Procuração:

Por este instrumento particular de procuração a empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ nº XXXXX, situada em (ENDEREÇO), nomeia e constitui como sua procuradora a (NOME DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ nº XXXXX com sede com endereço na (ENDEREÇO), representada pelos seus sócios os Senhores XXXXXXXX, com CPF nº XXXXX e RG nº XXXXX e o Sr. XXXXXXXX, portador do CPF nº XXXXX e RG nº XXXXX, para representá-la junto a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, visando os atos que se fizeram necessários, para a obtenção de documentos pertinentes a aeronave prefixo: XX-XXX, Fabricante: XXXXXX, Ano de Fabricação: 20XX, Modelo: XXXXX, Número de Série: XXXXXX, Número da Matrícula: XXXXX, podendo assinar documentos e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento.

Cidade, data

Assinatura

Procurações eletrônicas cadastradas diretamente no SEI dispensam apresentação de documentos adicionais. O procedimento para cadastro de procuração eletrônica no SEI está detalhado no [Guia do Protocolo Eletrônico](#).

Segundo o Capítulo III da Lei 7.565 de 19 de dezembro de 1986 (CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica), o Comandante de uma aeronave é o preposto do operador somente durante a sua operação, de forma que eventuais documentos e declarações assinadas pelo piloto habitual da aeronave só serão aceitos se acompanhados de procuração ou outro instrumento de mandato.

Importante pontuar que o único que pode protocolar o pedido de LOA é o operador da aeronave ou outra pessoa por ele indicada por meio de procuração.



AGÊNCIA NACIONAL
DE AVIAÇÃO CIVIL